

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 21 de maio de 2024 - Ata n.º 43.

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Delegado Jacovós** (na função de 1.^º Secretário) e **Luciana Rafagnin** (na função de 2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **43.^a Sessão Ordinária da 2.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, declaro aberta a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à Deputada Luciana Rafagnin que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^a 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Luciana Rafagnin – PT): (Procedeu à leitura da Ata da 42.^a Sessão Ordinária, de 20 de maio de 2024.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Jacovós se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Delegado Jacovós – PL): Sim, Excelência.

EXPEDIENTE: (Transcrição do documento recebido pela Assembleia, que se encontra sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofício: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.^º 471/2024** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes ao Crédito de Recursos Financeiros firmado com o Estado do Paraná no âmbito do Programa PPI Favelas, tendo por objeto “Urbanização de Assentamentos Precários / Parque Guarituba”. É o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, nossos visitantes, a Assembleia recebe no dia de hoje, aqui neste Plenário, de forma muito orgulhosa, uma delegação de bispos, padres e representantes das igrejas evangélicas e ortodoxas da Ucrânia, para mobilizar as comunidades pela solidariedade e paz na Ucrânia. O objetivo da estada destes religiosos aqui, que já estiveram na Presidência, em uma conversa com a nossa pessoa, e iremos tomar a decisão de propor uma moção de apoio pela paz em um evento que vai acontecer no mês de junho, na Suécia. Claro que também vamos encaminhar ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da República, para que também se faça presente neste momento tão importante pela paz da guerra entre Rússia e Ucrânia. Vou conceder a palavra aqui, inicialmente, à Deputada Márcia Huçulak, para que faça uma saudação a esta comunidade religiosa. Na sequência, falará o Secretário-Geral da Sociedade Ucraniana, Anatoliy Raychynets, e fará a tradução da fala o Sr. Mariano Czaikowski. Com a palavra a Deputada Márcia.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente. Agradeço a sua gentil acolhida a esta delegação da Ucrânia que vem buscar em nosso País apoio para a paz na Ucrânia. Senhoras e Senhores, colegas Deputadas e Deputados, recebemos nesta Casa uma delegação muito especial. Temos ao nosso lado um grupo formado de bispos, padres, pastores e representantes das igrejas evangélicas e ortodoxas da Ucrânia, que estão em uma missão importante: mobilizar pela paz e pelo fim da guerra que, como temos visto, há mais de dois anos assola a Ucrânia. São representantes de diferentes denominações religiosas com o objetivo único de mobilizar comunidades e países ao redor do mundo para

a solidariedade ao povo ucraniano, e em busca de uma solução que leve ao fim deste conflito, originado por uma inominável invasão russa e cujos capítulos transcorrem uns após os outros, fazendo crescer uma tragédia traduzida em mortes, flagelos, danos sociais e econômicos gigantescos. Isso precisa chegar ao fim! As lideranças ucranianas que temos a honra de receber hoje em nossa Casa estão empenhadas em construir uma solução de paz calcada no diálogo. Além de Curitiba, vão passar por São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A comitiva busca apoio para que o Brasil participe ativamente da Cúpula da Paz, que será realizada nos dias 15 e 16 de junho deste ano, a fim de discutir um plano para o fim da guerra. O encontro vai reunir representantes de 160 países e, até o momento, o Brasil aponta para uma participação muito modesta. Hoje pela manhã, também tivemos um encontro com o nosso Vice-Governador Darcy Piana e, antes da Sessão, também o nosso Presidente nos recebeu em seu gabinete. O Paraná insere com isso sua força e representatividade em uma questão geopolítica mundial e complexa. O povo ucraniano vem passando por um período dos mais desafiadores e devastadores. Mais uma vez, homens e mulheres, jovens e crianças vêm demonstrando também a força da sua altitude e soberania, que já foram testadas em outras situações muito mais complicadas e terríveis. Mais uma vez a Ucrânia sairá deste conflito mais forte como Nação, senhora da sua história. A presença deste grupo religioso aqui também contribui para o estreitamento dos laços entre o Paraná e a Ucrânia. Como bem sabemos, o nosso Estado é a principal casa do povo ucraniano no Brasil e na América Latina, são cerca de 500 mil descendentes, dentre os quais me incluo orgulhosamente. Como destaquei em março, durante a primeira visita do nosso Embaixador Andrii Melnyk ao Paraná, temos historicamente uma agenda comum desde que um grande número de ucranianos escolheu esta terra para construir as suas vidas, e trouxeram tantas contribuições ao nosso desenvolvimento. O grupo aqui presente traz grande contribuição nesse sentido. Reforço os meus votos de boas-vindas e me coloco à disposição para encaminhar ações nas quais esta Casa, junto com meus colegas Deputados, com a nossa Mesa e o nosso Presidente, possa colaborar pela paz na Ucrânia. E antes de passar a palavra para o nosso Secretário-Geral que vem falar,

quero mostrar este quadro que ganhei hoje dessa delegação. Este quadro foi feito por uma criança da Ucrânia, uma conterrânea nossa, que mostra na parte de cima o que eles estão vivendo hoje, Deputada Luciana: a guerra, se escondendo, passando horas em *bunkers*, mísseis. E do outro lado o que as crianças, o que a Ucrânia quer: viver a sua vida com as suas famílias, poder sair à rua, poder brincar, poder ir à escola em paz. Nós queremos a paz, a paz no mundo e a paz na Ucrânia. Obrigada. Vou usar o Horário da Liderança para convidar o nosso Anatoliy e o Mariano que vai traduzir, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Isso. Então, com a palavra o Secretário-Geral da Sociedade Ucraniana, Anatoliy Raychynets.

SR. ANATOLIY RAYCHYNETS: Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Em nome do Conselho das Organizações Religiosas da Ucrânia e em nome da nossa delegação, agradecemos antes de tudo por nos receberem aqui hoje. Agradecemos também o amor que vocês expressam pela Ucrânia, o interesse, que inclusive foi demonstrado pelo acolhimento que foi dado aos refugiados que vieram até o Paraná, que foram muito bem acolhidos pelo Estado. Agradecemos o que acabamos de ouvir na sua fala que o senhor apoia, que esta Assembleia apoia todo esforço para que o Brasil participe nessa Conferência de Paz, que está agendada para o mês de junho. O heróico povo ucraniano já há dois anos e meio está lutando ferozmente para defender o seu País da agressão. Estamos pagando um preço altíssimo resistindo a um inimigo com imenso potencial bélico e que está nos atacando. O Exército Russo diariamente está bombardeando a Ucrânia, inclusive atingindo alvos civis sobre a população. Diariamente morrem pessoas lá na Ucrânia, adultos e crianças. Nossos corações estão cheios de dor e é assim que nós viemos aqui ao Brasil. Diariamente presenciamos como o nosso povo é morto, é trucidado pelo inimigo. Agradecemos a vocês aqui, ao povo do Paraná, as igrejas, inclusive, todos que nos apoiam nessa nossa luta. E pedimos que continuem apoiando a Ucrânia. Eu gostaria de entregar a vocês aqui na Assembleia Legislativa uma bandeira da Ucrânia. Esta bandeira foi escrita por crianças que tinham sido sequestradas e que foram trazidas de volta para Ucrânia. Essas crianças é que assinaram, escreveram aqui. Com grande esforço de muitas

organizações, as crianças conseguiram... São poucas, mas conseguiram voltar para Ucrânia, e elas é que assinaram esta bandeira. Gostaríamos de deixar aqui para esta Assembleia esta bandeira como sinal do nosso agradecimento pela acolhida, pelo apoio que vocês estão prestando à Ucrânia. Senhor Presidente, agradecemos muito pelo fato da bandeira da Ucrânia ter sido hasteada o ano inteiro, aqui, diante desta Assembleia, em apoio, em homenagem à Ucrânia. Essas suas ações e atos aliviam um pouco as nossas dores. E que Deus abençoe o Brasil e esta Assembleia. Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou suspender por alguns instantes a Sessão, para que possamos fazer um registro fotográfico com esta comunidade, a delegação de bispos, padres e pastores, que representam as igrejas evangélicas e ortodoxas da Ucrânia.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.
Registro a presença na Casa do Presidente da Câmara de Santa Mariana, Sr. Antonio Colombo, e do Vereador Luquini, por solicitação do Deputado Adão Litro e Arilson Chiorato. E também registro a presença na Casa do Deputado Federal Felipe Francischini, sempre Deputado Estadual também.

No horário do Pequeno Expediente, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A pergunta do povo paranaense hoje é a seguinte: o Paraná elegeu um Governador ou um terceirizador? Terceirizou a Compagas; terceirizou a Copel Telecom; terceirizou a Copel; terceirizou as estradas do Paraná; está terceirizando o Porto de Paranaguá; está terceirizando hospitais públicos por todo o Estado, já foram três. Hoje, notícias vindas do Palácio Iguaçu dão conta que serão terceirizadas escolas no Paraná, 200 escolas de início. Terceirização que visa, segundo a sua propaganda, melhorar a qualidade da educação do Paraná, que não vai ter nenhum profissional de educação concursado fora desse processo, mas o que esconde é que futuramente não vai ter é concurso para se colocar pessoas. Vai terceirizar a administração, a

infraestrutura, a limpeza, a segurança e, por óbvio, no final disso tudo, terá influência na educação. O Governador também coloca que a escola vai decidir democraticamente se vai querer o processo de terceirização ou não. Falácia. Vimos as falhas nos processos de decisão da escola cívico-militar no Paraná. Terceirização, terceirização, terceirização, um Governo sem gestão. Terceirização de tudo, inclusive o palco principal para as pautas do Estado é a Bovespa, a B3. Tudo o que aconteceu nos últimos anos visa atender o setor privado e desprezar o público. É um Governo fantasioso. E quando falo aqui que este Governo não representa o povo paranaense e representa o mercado, a terceirização de escolas é o sinal mais claro disso. A educação nossa passa por um momento difícil, um momento em que o mercado predador quer se aposar da mesma. E o Governo do Paraná, de pronto, vai fazer o processo. Para se tornar pioneiro no processo? Não, para se livrar da responsabilidade de educar as nossas crianças e jovens; para se livrar da responsabilidade de dar um programa de aprimoramento contínuo aos nossos professores, porque educação é longo prazo e este Governo quer curto prazo. Por isso a terceirização. Tem terceirização na segurança pública também, tem na saúde, tem na educação, tem na infraestrutura, mas o lugar que precisa ser terceirizado, que é a cadeira do Palácio Iguaçu, ele vai logo acontecer. O que estamos vindo aqui, neste momento, com esse sinal de privatização das escolas do Paraná, é que o Governador mentiu nas eleições, estelionato eleitoral. E agora o falso Ideb propagado, aquele Ideb que se forçou colocar presença para alunos que faltaram, a passar aluno que não tinha condições, a mudar os parâmetros de métricas e fórmulas estão sufocados. Governador, como que você vai terceirizar se você está defendendo que o Paraná tem o melhor Ideb do Brasil? Se é tão bom assim, por que entregar para iniciativa privada? Se você fez a revolução, melhorou a educação, agora a justificativa é entregar para o privado. Primeiro sinal é que o Ideb teu não é verdadeiro. Segundo, que você não tem condições de analisar o processo de ensino no Paraná em uma perspectiva de longo prazo. E mais uma vez perseguição aos servidores públicos, que deixarão de fazer concurso para entrar em uma empresa privada, ganhar menos, ter menos direitos e, lógico, não ter uma educação de longo prazo. É um conto de fadas,

Alice no país das Maravilhas, A Ilha da Fantasia. Mas, infelizmente, é o *Castelo do Ratinho*. O que temos aqui é um processo fantasioso de Paraná... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Arilson, V.Ex.^a tem mais um minuto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Um Paraná do faz de conta, um Paraná virtual, da telinha. Um Paraná que, na realidade, não cumpre o que foi colocado no seu plano de governo, passado na sua propaganda eleitoral e contado aos quatro cantos. O que temos hoje é mais um: *Lavo minhas mãos, esse não é um problema meu e um compromisso meu. Pegue iniciativa privada. Vamos fazer um cômputo de quanto custa um aluno, se é oitocentos ou mil, o que estiver lá dentro pagamos para vocês, mas agora para frente se virem.* Que irresponsabilidade! Chocante imaginar que um cara que diz ser de escola pública tenha um pensamento desse com a escola pública. Lastimável a decisão do Governador Júnior com isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Luiz Fernando Guerra.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, colegas Deputados, imprensa que nos assiste, todos que nos acompanham na TV Assembleia. A minha saudação inicial aqui, Presidente, ao meu amigo Daniel Driessen do 4º Tabelionato de Curitiba, que hoje vem aqui trazer uma recomendação e um pedido a cada um dos colegas. E quem não nos recebeu em seu gabinete, por favor, que possa recepcioná-lo, porque no próximo dia 28 de maio será feita uma audiência pública, aqui na Assembleia, para tratar a respeito da assinatura do termo de cooperação entre a Assembleia do Estado e o Colégio Notarial do Brasil, que visa impulsionar, no âmbito do Estado, o sistema de autorização eletrônica de doação de órgãos. Uma medida extremamente necessária. Saúdo meu amigo Daniel. Seja muito bem-vindo a nossa Casa. Presidente, hoje subo aqui como Presidente da Comissão da Indústria e Comércio para fazer uma referência ao Governo do Estado. Uma referência muito importante, porque comemoramos, no primeiro quadrimestre, um marco histórico

nas exportações paranaenses. Moacyr Fadel, que representa o agronegócio, assim como eu, tem uma relação estreita com o agronegócio, chegamos ao histórico número de US\$ 7 bilhões e 47 milhões em exportações. Foi o primeiro quadrimestre melhor na história do Paraná. Hoje o Estado do Paraná ocupa a quinta posição nacional e é líder na Região Sul. Sabemos que o que puxa isso, Deputado Requião, Deputado Arilson, é a soja, é o frango, é o farelo de soja, é o açúcar. O que me chama a atenção dos países que nós paranaenses mais exportamos estão China, Estados Unidos, Argentina e Irã, que teve um crescimento de 453% em relação ao ano passado. Contudo, Senhores, o que me faz subir aqui nesta tribuna hoje, nesta tarde, não é apenas esse marco histórico, mas as consequências desses enormes resultados e dos desafios, Deputado Requião, que a administração pública tem com isso. Digo isso porque quando a exportação aumenta, demanda-se também um aumento de estrutura, os serviços por parte do Estado. Precisamos ter uma atenção redobrada. Digo isso porque recebi, na última semana, Deputado Fadel, o chamado de um amigo caminhoneiro e vou citar o nome dele aqui – o Esdras Trizzi. Um caminhoneiro da região de Loanda que me trouxe, infelizmente, os desafios que tem que passar no dia a dia em relação ao Porto de Paranaguá. O Porto de Paranaguá já é um marco, uma referência, o segundo maior porto do Brasil. Teve, realmente, números absolutos, é um porto que tem feito um trabalho muito bom. Porém, vou repetir a vocês: temos muito a fazer. Digo isso porque realmente temos um problema que é histórico com relação ao estacionamento desse porto. Deputado Corti sabe bem disso. Temos um aumento significativo dos caminhões que trafegam naquele porto, não é de hoje. Nós já tivemos lá, no início dos anos 2000, se não me falha a memória, o famoso “Carga On-Line”, que as filas chegavam até Curitiba e o Governo não conseguia lugar para fazer o estacionamento e aí vieram, claro, sempre, a questão das filas e também da organização dessas filas. Infelizmente, hoje, estamos nos deparando com uma estrutura trágica. Tínhamos uma relação, Deputado Hussein Bakri, muito nefrálégica com relação aos roubos de cargas no Porto de Paranaguá, que melhorou muito na gestão do Governador Ratinho Júnior, praticamente solucionou esse problema, mas hoje temos um problema

grave, vou repetir aqui, Deputado Hussein, que é com relação à falta de estacionamentos para os nossos caminhoneiros que carregam as nossas produções em cima dos seus rodados, no Porto de Paranaguá. Estou dizendo isso não como uma crítica, mas sim como uma solução, porque vejo, Deputado Hussein, que hoje, infelizmente, os preços das nossas commodities estão baixos, e um segundo semestre que se avizinha aqui, tenho convicção que os preços não se manterão nos patamares que estão hoje, fazendo com que essas filas aumentem gradativamente, Deputado Hussein. Venho pedir que possamos fazer um estudo, uma organização, para que tenhamos realmente organização entre as empresas, entre os transportadores, entre a gestão no Porto de Paranaguá, para que possamos incentivar não só os estacionamentos públicos, mas, também, facilitar os privados. Sabemos que hoje vem acontecendo no Porto de Paranaguá algo que realmente, infelizmente, afeta todos os paranaenses que é a cobrança casada. Para um caminhoneiro, Deputado Fadel, poder deixar seu caminhão em um posto hoje em Paranaguá lhe é exigido que, pelo menos, abasteça uma quantidade 'x' de litros para poder pernoitar. Infelizmente, os caminhoneiros estão parando na frente das casas em Paranaguá, parando na rodovia... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Guerra, um minuto para concluir, ou quer falar no Horário da Liderança?

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Utilizo o Horário da Liderança, mas serei bastante breve, Presidente. Estou quase no final.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Infelizmente, e claro, com razão, a Prefeitura tem aplicado multas por conta desses estacionamentos irregulares, a Polícia Rodoviária Federal tem feito o mesmo. E eu, nesta tarde, estou fazendo um Requerimento de pedido de providências para os órgãos competentes – cito aqui a Secretaria de Infraestrutura e Logística, a Secretaria de Administração, a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Rodoviária, a Administração dos Portos e, também, para o Procon, para que tenhamos pelo

menos segurança nos nossos portos, para que possamos dar condição condizente para os nossos caminhoneiros que, infelizmente, estão tendo um tratamento muito difícil muito por conta da falta do pátio e da falta dos estacionamentos. Então vou pedir, Hussein, que você, como grande Líder que é, possa diligenciar junto aos Portos de Paranaguá para que possamos, talvez, com a Secretaria da Administração, com a Secretaria de Infraestrutura, ampliar esses locais para que os nossos caminhoneiros – mais uma vez vou reforçar –, que colocam todas as nossas riquezas em cima dos seus rodados possam ter uma segurança, como já vem melhorado no Porto de Paranaguá com relação ao roubo de cargas, com relação à abertura de tombador. O pânico que os caminhoneiros passavam já não acontece mais, mas hoje precisamos melhorar a questão do estacionamento para esses caminhoneiros. Então, peço mais uma vez que o Deputado Hussein possa ser diligente com relação a isso. Nossa Governo é complacente, tenho convicção, com relação aos nossos caminhoneiros, mas que possamos dar uma solução concreta e efetiva. Não aguentamos mais, infelizmente, ter que ver os nossos caminhoneiros sofrendo. Muita gente, Deputado Hussein, que vem de Mato Grosso, que vem de São Paulo escoar a produção em Paranaguá não quer mais fazer frete por conta justamente de não ter segurança no seu local. Era isso que tinha para trazer hoje. Parabenizo mais uma vez o Governo por esse marco histórico nas exportações, mas reforço aqui que temos a obrigação de ter um olhar cuidadoso para com essas pessoas que fazem com que o nosso Paraná progrida cada vez mais. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): No Grande Expediente, Deputado Renato Freitas. Registro a presença do Vereador de Jaguapitã, Sr. Manoel Delfino Rosa Neto, e do Pastor Gustavo Balconi, por solicitação do Deputado Alexandre Curi. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Vivemos em nosso País, infelizmente, uma guerra. E não é exagero, veja pelos números, a estatística nos diz que morrem mais civis decorrentes de conflitos bélicos no Brasil do que na própria Ucrânia. Em números absolutos, o Brasil é o país mais violento do mundo há anos, há

décadas! O Brasil é o país que intervém na vida e na liberdade dos indivíduos em sua forma mais radical, isto é, a prisão com mais frequência. Somos a terceira maior população carcerária do mundo. Ano após ano, aqui neste e em outros Parlamentos pelo Brasil afora, elege-se representante em nome da segurança pública. A segurança pública necessita todos os anos de rios de dinheiro, muitos concursos: juízes, promotores, defensores, delegados, altos salários, diferente da base. Diferente, por exemplo, de um professor. A segurança pública movimenta o mercado de segurança privada. A insegurança pública dá lucro na iniciativa privada: Prosegur, Brinks, tantas outras as empresas que, a partir da insegurança pública, fazem fortuna. Apresentadores de televisão que depois viram políticos sem apresentar projeto algum, apenas surfando no mar de notícias tristes no horário de meio-dia, ridicularizando o pobre diabo da vez. A insegurança, a violência e a morte dão dinheiro, poder, votos, Ibope. E todas essas pessoas – políticos, policiais, desembargadores, promotores, repórteres –, têm uma saída única para esse problema, ano após ano: mata, tortura, enterra de pé, dizia um repórter tradicionalmente paranaense chamado Alborghetti, um dos precursores do fascismo televisivo. “Enterra de pé”! “CPF cancelado”, dizem os novos Alborghettis. Desumaniza. Esta é a saída. Para o público, nos púlpitos, nas tribunas, nas televisões, nos horários políticos, onde “bandido bom é bandido morto” e dá voto, dá poder, dá a cadeira de presidência para o indivíduo. Mas e nos bastidores? Quem são esses que atiram sempre a primeira pedra? Hipócritas! Corruptos! Como na denúncia que veio à tona há mais ou menos 20 dias e que eu trouxe aqui nesta Assembleia e fui chamado, pasmem, de vitimista. Por quê? Era uma violência contra mim que eu denunciava naquele momento? Não. Era a denúncia que saiu no Programa Balanço Geral, na RIC, e que também agora foi reproduzida na filiada Rede Globo, RPC, também na Globo News, em toda a mídia tradicional. A denúncia que diz que o então Diretor-Geral do Departamento Penitenciário do Paraná, até 2022, Francisco Caricati, atual Presidente da Secretaria de Justiça – ele é o grande representante da Justiça no Governo Ratinho Júnior, mais especificamente lotado na supervisão dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa –, que ele teria recebido mais de R\$ 1 milhão de

um famoso traficante de drogas, bilionário, que estava preso na Casa de Custódia de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Esse dinheiro serviu para que esse preso de luxo tivesse ao seu dispor um bloco da unidade penitenciária, que teria celulares, comida diferenciada, visitações diferenciadas e que, com tantas regalias, esse preso teria feito a sua própria facção criminosa. Ora, para quem tem olhos de ver, ouvidos de ouvir, já perceberam que os bandidos de colarinho branco promovem a insegurança pública porque ganham com ela. Ao invés de reduzirem a criminalidade pela sua raiz, dando educação básica, saneamento básico, unidades de saúde pelos bairros, direito a moradia, a um salário-mínimo que dê conta de comer, beber, sobreviver, eles preferem sugar, explorar o povo, para que do povo não reste nada se não o bagaço, para que eles descartem. E se isso gerar convulsões sociais, violência, atos impensados e autodestrutivos de violência, eles dizem: *Fechem-se os olhos e mate, porque bandido bom é bandido morto.* Mas quando os bandidos são revelados nos espaços de poder, como esse e como tantos outros pelo Brasil afora, daí o pedido é outro, é de censura. Eu, Deputado Renato Freitas, fui censurado aqui nesta Casa, após uma denúncia que fiz de corrupção. A RIC TV, no *Programa Balanço Geral*, em que revelou essa denúncia gravíssima de corrupção dentro do sistema carcerário, foi censurada pela Justiça. Agora, não na figura do réu ou do acusado, no caso o Presidente da Secretaria de Justiça, Francisco Caricati, mas pelos juízes que representam a Justiça e que disseram que a reportagem não deveria ir ao ar. Porque envivia quem? O filho da D.^{na} Maria, pobre, preto, sem estudo, sem perspectiva, dependente químico, cometendo pequenos delitos no seu bairro, com os seus dias contados, vendo a morte como um abutre a cercá-lo por onde vá? Não. Não. É porque envolve os donos do poder, os homens brancos, ricos, de patrimônios milionários, que conhecem as altas cúpulas do poder, porque circulam nos corredores do poder, porque se alimentam nos banquetes oferecidos pelo rei, pelos que se dizem reis na Terra, no Brasil, no Estado do Paraná. E é assim que o Governador Ratinho Júnior é ligado a essa acusação, porque o Setor de Inteligência do Departamento Penitenciário afirmou que, além do Diretor-Geral do Departamento Penitenciário à época, Francisco Caricati, também o Diretor da

Unidade Penitenciária e também um assessor especial do Governador Ratinho Júnior. Esses são os heróis que lutam contra o crime organizado, contra o crime, que se elegem a cada dois ou quatro anos sacrificando os mais pobres na fogueira da segurança pública, não dando a eles o direito de defesa, de cidadania e de vida, fazendo com que a sociedade, já desesperada e adoecida, bata palmas a cada pobre coitado estatelado com tiros nas costas pela polícia, que só no ano passado aqui no Estado do Paraná, supostamente em autos de resistência, mataram 470 pessoas. Pergunto a esses policiais: Valeu a pena a sua saúde mental, o rosto daquele que morreu a te atormentar pelas madrugadas? A vergonha que você sente diante do seu próprio filho ao saber que você é capaz de cometer as piores atrocidades, que em tudo contrariam a inocência das crianças. A mando de quem? Daqueles que promovem a criminalidade e a violência, para que vocês vão para a linha de frente arriscar morrer e arriscar matar. É hora, senhoras e senhores, de dizermos não e, assim como os aprisionados no Egito, levantarmo-nos juntos e caminharmos para uma terra possível, prometida a nós brasileiros, e que não é uma terra do além vida, é essa terra que foi feita um paraíso, que tem água, minérios, diversidade, riqueza e um povo honesto, batalhador, maravilhoso, que não é representado nem no Poder Judiciário, nem no Poder Legislativo, nem no Poder Executivo. Nós estamos sendo sequestrados dentro do nosso próprio País, e clamo pela nossa liberdade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Luís Corti, pelo PSB. Antes disso, registro a presença do Vereador Ricardo Teixeira, do município de Araucária, por solicitação do Deputado Alexandre Amaro. Seja bem-vindo.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, senhores membros desta Mesa, Sr.^s Pares, e a todos os presentes que aqui nos prestigiam com suas presenças. A todos aqueles que nos acompanham pelo sistema de comunicação, digo da honra e a satisfação, Sr. Presidente, de fazer uso deste Expediente nesta data tão importante. Chego aqui para falar sobre três assuntos. Um, Sr. Presidente, foi o evento ocorrido no município de São Jorge do Oeste, no dia 9

deste mês, 9 de maio, onde o IDR promoveu, juntamente com o município de São Jorge do Oeste, a sua Secretaria da Agricultura, o primeiro Seminário da Pesca do Estado do Paraná. E faz sentido a realização do primeiro Seminário da Pesca no Estado do Paraná em função que dentre as grandes crescentes que o Estado do Paraná tem, dentre as grandes marcas que temos em várias cadeias da produção aqui já citadas e enumeradas inúmeras vezes, na área da produção do peixe o Estado do Paraná desponta enorme e extraordinariamente com grande proporção. Enquanto que o Brasil tem lá uma produção de 896 mil toneladas de peixe/ano, o Estado do Paraná, Sr.^s Deputados, chega com 194 mil toneladas de peixe/ano. O projeto da criação em tanque-rede, diferente do tanque escavado que concorre com outras explorações na área da agricultura, é um aproveitamento daquilo que a natureza já nos dá. Em São Jorge do Oeste que se encontra implantado o Alpha Fish, que se encontra instalado o Píer, que se encontra instalado o Bioflocos, que é a produção de alevinos com capacidade, Sr. Presidente, de produção e desenvolvimento de cerca de 500 a 600 mil unidades de peixe por mês, que vai fechar uma conta disso tudo a uns 6 a 8 milhões de peixe/ano, que já vai representar cerca de 3 a 4% do peixe do Estado do Paraná. E que como o frango teve ascendência com uma velocidade muito grande quando começou a ser trabalhado o projeto de integração, como as grandes empresas que iniciaram isto lá há muitos anos, como a Sadia, a Perdigão, no Estado do Paraná inúmeras cooperativas que trabalham e que fazem, por exemplo, que o Estado do Paraná responda por quase 40% de todo o frango produzido no Brasil, com igual velocidade encontra-se o peixe agora nessas condições. E aqui precisamos, Sr. Presidente, fazer um reconhecimento do sistema da agricultura do Estado do Paraná e do sistema do IDR no Estado do Paraná por esse grande impulsionamento que está ocorrendo. E eu fico muito feliz com esta possibilidade de termos o aproveitamento consorciado entre produção de energia nas grandes usinas, nos grandes alagados, nas grandes represas que foram formadas ao longo do Rio Iguaçu, e agora aparece como uma oportunidade de produção de proteína de origem animal, o que para o Estado do Paraná é algo muito grande, vultuoso. Já somos o maior produtor de peixe do Brasil e seguramente, com esses

incrementos, cresceremos ainda mais enquanto Estado, enquanto produção. Eu quero aqui poder fazer o registro e quero poder enaltecer o IDR do Estado do Paraná, a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, e a pujança do município de São Jorge do Oeste em fazer este enfrentamento, que o faz em um espaço construído ainda quando tivemos a honra de podermos governar o município de São Jorge do Oeste, que S.Ex.^a Sr. Presidente inclusive esteve lá quando entregamos o centro de convenções, seguramente um dos mais belos, um dos mais glamourosos do Estado do Paraná, e porque não dizer em nível de Brasil, porque foi construído com a melhor técnica e com a mais refinada capacidade de construção entre a alvenaria e a madeira em São Jorge do Oeste. O segundo assunto que me traz aqui, Sr. Presidente, é para parabenizar as ações de uma das Federações que o Estado do Paraná tem. O Estado do Paraná que tem uma ligação com o Grupo G-7, que contempla a produção e o comércio do Estado do Paraná, venho aqui porque quem sabe no início deste mês aqui ou no final do mês passado, há questão de três semanas, a Assembleia Legislativa pôde estar presente em um evento promovido, e vários dos Sr.^s Deputados desta Casa encontravam-se lá, quando a Federação da Indústria do Estado do Paraná fez uma seleção, Sr. Líder do Governo, dos projetos que passaram por esta Casa de Leis. No ano de 20/23, Sr. Presidente, salvo entendimento diverso, foram 1.097 projetos que passaram, caro Deputado Moacyr Fadel, por esta Casa de Leis. E desses 1.097 projetos que passaram por esta Casa de Leis, a Federação da Indústria do Estado do Paraná fez uma observação que 318 deles foram de temas ligados à indústria do Estado do Paraná. E com que alegria nós pudemos prestigiar o evento em que dos 318 projetos elencados, que fazem relação com a indústria do Estado do Paraná, 28 deles foram considerados, Sr. Líder do Governo, projetos de interesse da indústria do Estado do Paraná. Desses 28 projetos de interesse da indústria do Estado do Paraná, 17, Sr. Presidente, tiveram a convergência de todos os setores, de todos os órgãos temáticos, porque a Fiep é dividida ou composta por 14 segmentos temáticos e mais 8 setoriais. Dezessete projetos tirados desta Casa de Leis ligados à área industrial, Sr.^s Deputados, tiveram 100% da convergência do grande colegiado da indústria do Estado do

Paraná. E com que alegria, Sr. Presidente, vimos entre todos esses projetos um figurar entre aqueles elencados pela indústria do Estado do Paraná, Sr.^s Deputados, que é a proibição da reidratação do leite importado pelo Brasil e, obviamente, importado pelo Estado do Paraná. Quer esse projeto na sua... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Corti, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Quer esse projeto na sua essência buscar uma proposta; quer esse projeto na sua essência buscar, obviamente, um interesse em que a produção nacional e a produção paranaense sejam prestigiadas, e que não tenhamos o enfrentamento da concorrência desleal de países que produzem leite e que gozam, muitas das vezes, da influência e do apoio governamental, para que não venham concorrer com a nossa mercadoria produzida pelos nossos produtores em nível do Estado do Paraná. Muito feliz que esse projeto faz parte daqueles que são de interesse da Federação da Indústria, porque são também seguramente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Corti... Com a palavra o Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, quero cumprimentá-los, ao tempo em que cumprimento toda a população que acompanha esta Sessão, população que está a distância e população que nos honra com sua presença aqui na Assembleia. Estamos diante de um anúncio feito pelo Governo do Estado do Paraná, nesta manhã, que é estarrecedor! Ele anunciou que fará a privatização de 200 escolas, que quer entregar dinheiro público do Estado para a empresa fazer a gestão de escolas. Vejam, ele está propondo repassar R\$ 800,00 por aluno por mês para uma empresa. O Paraná tem hoje 1 milhão e 276 mil estudantes e aí isso representaria por ano R\$ 12 bilhões, 257 milhões, 980 mil e 800 no ano. Doutor Antenor, sabe qual é o orçamento previsto para a Secretaria da Educação neste ano de 2024? São 11 bilhões. Está propondo R\$ 12 bilhões, 257 milhões, 980 mil e 800 para

entregar, porque ele está dizendo que vai fazer como um projeto-piloto, para depois entregar as outras, que são mais de 2 mil escolas. Então, se ele vai propor isso dizendo que vai diminuir o custo não é verdadeiro. Ele está propondo algo que, se aplicado a todas as escolas do Paraná, é maior do que o que está previsto para todo 2024 para aplicar na educação pela Seed. Está propondo R\$ 2 bilhões e 257 milhões a mais! Ora, está propondo entregar para o empresário 12% desses mais de 12 bilhões. Ora, se entregar para a comunidade escolar só o lucro do empresário daria, em uma escola 1 mil estudantes, só o lucro, que é 12%, em um mês, poderia repassar para a conta da escola R\$ 96 mil. Só o lucro! Em um ano, daria R\$ 1 milhão 152 mil. Só o lucro para o empresário administrar uma escola com 1 mil estudantes, em um ano! Se repassar R\$ 1 milhão e 152 mil, que é só o lucro que o empresário vai ter, para a escola com 1 mil alunos, certamente essa escola vai ter condições de atender com qualidade os nossos estudantes. Não precisa dar dinheiro para empresário. Já vimos esse absurdo quando o Estado, no Governo Ratinho Júnior, passou a contratar empresas para oferecer funcionários para as escolas. O Estado gastava 18 milhões por mês quando contratava os funcionários, passou a gastar mais de 40 milhões por mês contratando menos funcionários, via 14 empresários, porque parte do dinheiro fica para o empresário, porque nenhum empresário vai trabalhar voluntariamente para as nossas escolas. Esse absurdo o Governo quer mandar aqui para a Assembleia, nos próximos dias, um Projeto para ser votado aqui nesta Assembleia autorizando. Não devemos autorizar esse absurdo! Não podemos, não devemos autorizar esse absurdo! Isso é o Estado sendo diminuído, atendendo uma pauta que é do liberalismo econômico, já tratado no *A Riquezas das Nações*, em 1776, por Adam Smith, reforçado por Thomas Malthus no *Ensaio sobre a População*, em 1798, e pelos economistas da nossa época que repetem essas teses do liberalismo econômico. É um absurdo o que o Governador está propondo de dar dinheiro para empresa privada para fazer a gestão das escolas, se nós podemos e já fazemos com os nossos professores e funcionários de escolas, com a participação dos pais e estudantes nas APMFs, já fazemos com o Conselho Escolar, com direções que passaram por cursos de gestão da educação, já fazemos isto. Agora o Estado, sob

o Governo Ratinho Júnior, quer pôr dinheiro no bolso de empresários. Isso está errado. Não tem o apoio da Oposição, não tem o apoio dos Deputados do Bloco PT/PDT, que eu tenho a tarefa de coordenar aqui na Assembleia, e não tem o apoio da população. O Governo está aqui anunciando que quer fazer uma guerra com as comunidades escolares, incluindo professores e professoras, funcionários e funcionárias, estudantes e a comunidade como um todo. Vai atender o interesse de empresas e essas empresas visam lucro, e o Governo quer pegar o dinheiro que é público e doar a empresários que têm interesse em pôr a mão no dinheiro da educação. Ora, estou falando aqui que se o Governo fizer isso com todas as escolas do Paraná vai doar boa parte do recurso da educação para os empresários. Hoje, o orçamento da Secretaria da Educação para 2024 é 11 bilhões. Ele está propondo entregar R\$ 12 bilhões, 257 milhões, 980 mil e 800 se entregar todas as escolas do Estado do Paraná, porque ele está dizendo que a vontade é entregar todas e faz como projeto-piloto 200 escolas. Está errado o Governo. Não pode esta Assembleia concordar com esse absurdo, porque aquele absurdo que esta Assembleia concordou, nós da Oposição votamos contra, de terceirizar a contratação de funcionários – e está dando errado. Não está certo. Não está certo. Portanto, fica aqui mais uma vez... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... a nossa contrariedade, o nosso repúdio a essa proposta de entregar escolas do Estado para empresários administrarem.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, posso, por gentileza, pedir pela ordem?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, pela ordem.

DEPUTADO GOURA (PDT): Deputado Hussein, se o senhor me permitir, brevemente, hoje estamos aqui com a presença da Diretoria do nosso Tecpar

para fazer uma homenagem muito importante, Sr. Presidente, que é fruto da conquista desta Casa, que foi a aprovação da *Lei Pétala*, a Lei da *Cannabis Medicinal*. E para nossa grande honra, grande alegria, a Pétala está aqui presente conosco, junto com o Marco Sanfelice, que é o seu pai. Estamos também com a presença do Celso Kloss, Diretor-Presidente do nosso Tecpar; do Lindolfo Luiz Silva Júnior, ex-deputado desta Casa, Diretor de Novos Negócios e Relações Institucionais; do Giovani Brito, Diretor de Administração e Finanças; da Adrianne Correia Pereira, Procuradora Jurídica do Tecpar; do Iram de Rezende, Diretor Industrial da Saúde; da Silvane Trevisan, assessora da Presidência; e do Dr. Renan Abdalla, que é médico prescritor. Eu queria apenas, Sr. Presidente, destacar aqui que foram cinco anos de debates, de construção, de articulação política. A *Lei Pétala* foi devidamente aprovada por esta Casa, promulgada por esta Casa, e há poucos meses tivemos a regulamentação da *Lei Pétala*, Deputado Moacyr, via Portaria da Sesa. A assessoria jurídica da Sesa nos informou que essa Portaria está para ser concluída, Deputado Hussein, e teremos então o acesso pelo SUS aos medicamentos de *Cannabis*, o uso terapêutico de *Cannabis*, aqui no Paraná, devidamente regulamentado. Eu quero agradecer a todos os Parlamentares. Deputado Evandro, deputado que trabalhou junto conosco, Deputado Marcel, tivemos uma série de depoimentos durante a aprovação que foram muito, muito relevantes, que mostraram a união desta Casa na luta pela saúde pública, na luta pelo alívio do sofrimento e na luta pela qualidade de vida para pais, mães, familiares, e especialmente para esses pacientes. Então agradeço também, Deputado Hussein, em seu nome, à Liderança do Governo, essa construção que foi feita. O Deputado Arilson está aqui também junto com todos os Deputados da Oposição. Foi uma construção legislativa de muita relevância. Então, queria aqui para vencermos o preconceito, Doutor Antenor que é médico também, vencermos a ignorância, vencermos o negacionismo, temos que falar, sim, que *Cannabis* é remédio, *Cannabis* salva vidas e temos que ter políticas públicas nesse sentido. Agradeço o espaço, Sr. Presidente. Faremos aqui um registro, a entrega dessa Menção Honrosa a todos esses que contribuíram, o Tecpar especialmente, Dr. Celso, por todo trabalho que

tem feito em relação à *Cannabis*. E por fim, Deputado Hussein, quero destacar que o Secretário Aldo Bona já sinalizou que teremos uma linha de pesquisa, um Napi específico, com recursos da Secretaria de Tecnologia e Inovação, para financiar a pesquisa em *Cannabis* nas nossas universidades e institutos de pesquisa. Então, o Paraná avança e pode ser vanguarda em todo Brasil nessa pauta. Então, muito obrigado. Agradeço o Marco e, em seu nome, a sua família, especialmente a Pétala, que você fez o esforço de trazê-la aqui. É muito emocionante e honroso para nós a luta da tua família, a luta da Pétala, por acesso a esse medicamento. Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vou dar um segundo para fazer um registro fotográfico.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.
Com a palavra o Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, demais colegas. Quero saudar o Deputado Goura, que devemos reconhecer sempre foi um defensor dessa causa e parabenizá-lo por esta vitória, que é uma vitória de todos nós desta Casa. Parabéns, Deputado! O Governo do Paraná entendeu esta causa, a Secretaria de Saúde vai promover as medidas necessárias. Parabéns à família, a todos os envolvidos. Senhor Presidente, colegas, preciso que vocês prestem atenção em mim um pouco. Quero dizer o seguinte para vocês. O Arilson está olhando para mim, não é, Deputado? Muito obrigado. Já é o começo. Quero dizer ao Deputado Guerra que assiste razão a ele em relação a essa preocupação quanto a essa questão de tráfego no porto. Tanto é verdade que, na semana que vem, estaremos promovendo um debate com o presidente do porto, com os demais diretores de estrutura, para que V.Ex.^a e os demais membros da sua comissão possam, enfim, discutir esse tema. Quero informar a todos e todas que admiro o Deputado que trabalha, que corre atrás, que busca informações, não sou contra, só acho que tem que ter um limite. Nessa denúncia do Depen acho correto descobrir, Deputado Tito, que milita na área da segurança pública, Jacovós, é

normal, até porque o Governo foi o primeiro que abriu uma sindicância e quer apurar em 15 dias. É o prazo estabelecido pelo Governo 15 dias. Agora, o que não posso concordar, é é um direito meu, é tentar vincular com pessoas políticas. A não ser que tenha uma prova cabal, que cite o nome de um político e diga: *Olha, é esse cara aqui que está envolvido*. Ainda assim denúncia não é comprovada, tem que ter a prova, tem que ter o contraditório. Não aconteceu com o Presidente Lula isso? Enquanto ele estava sendo julgado não pediram para esperar o contraditório? Por que para outras pessoas têm que ser diferente? Então, ninguém é culpado até que se prove o contrário. Essa é a realidade. É do Direito isso. Não é verdade? Então, o Governo vai fazer essa sindicância em 15 dias e vai cortar onde tiver que cortar. Doa a quem doer, quem fez coisa errada vai ter que pagar. Agora, querer prejulgar antes de ter a definição acho que não é justo com ninguém. Inclusive escutei um “*bizu*” por aí, que não sou obrigado a citar a fonte, que se trata de um fogo amigo, que alguém, “*alguéns*” tentaram criar um problema para o Caricati, mas não posso comprovar. Vou buscar mais informações e vou trazer aqui, mas o fato concreto é que o Governo do Paraná vai tomar as atitudes. Bom, quero falar aqui para vocês sobre o programa *Parceiro da Escola*. Acho que quem é contra é contra, vamos respeitar. Agora, temos que trazer aqui a verdade. Não tem problema ideologicamente ser contra. *Olha, sou contra ideologicamente*. Parabéns para você. Eu sou a favor e vou explicar os motivos aqui agora. Esse projeto deve chegar aqui na semana que vem, e é um projeto muito importante. Esse projeto vai passar a parceiros privados, a partir de 2025, a gestão administrativa e financeira de cerca de 200 colégios. Portanto, não dá 10% dos colégios. Quando o Deputado Lemos fala que vai consumir o orçamento, acho que é um exagero enorme, são 10% dos colégios, que temos mais de 2 mil e 200. Primeiro ponto. Baixo Ideb e em áreas de vulnerabilidade social. Prestem atenção agora no que é mais importante e não vi ninguém falar aqui. Ninguém falou aqui isso. A decisão à adesão será por voto, voto da comunidade escolar. Quem vai decidir? Pais, professores, alunos. Se nenhuma escola quiser, acabou. Onde está o problema? Agora se todas quiserem? Aí é uma decisão da escola. Portanto, é preciso deixar bem claro. A exemplo do que foi os colégios cívico-militares,

tivemos uma boa parte que foi aceito e outros não. É o processo democrático que vai imperar novamente nessa escolha. Outra questão importante para passar para a imprensa e para vocês. Empresas ficarão responsáveis pelos seguintes questões: merenda, internet, segurança, infraestrutura, contratação de temporários e pessoal da limpeza, mediante o cumprimento de metas – Ideb, matrículas, frequência –, e sem aumento de custos para o Estado. Outro ponto importante: o diretor que está lá vai sair? Nao vai sair. O diretor que está lá foi eleito e vai continuar regularmente, só que agora tem uma vantagem. O que os diretores mais reclamam nessas escolas que tem Ideb baixo: *Não tenho tempo. Tenho que ficar fazendo prestação de contas, tenho que cuidar que quebrou uma fechadura, estragou isso, estragou aquilo.* Esses professores vão ter a condição de cuidar só da questão pedagógica dos alunos. Esse diretor vai ter tempo de correr atrás para descobrir porque o aluno não está vindo para a escola. Esse diretor vai fazer a busca ativa no bairros da comunidade para que esse aluno vá e complete aquela sala de aula, que estamos tendo uma evasão muito grande de alunos. Então, onde que é ruim o projeto? Repito novamente o que falei anteriormente, são 200 escolas. Em segundo lugar, se nenhuma escola quiser não vai ter. Não vai ter. É democrático o processo, é livre escolha da comunidade escolar. Falei já que esse modelo libera professores e diretores 100% para cuidar da qualidade do ensino. Esse projeto-piloto já funciona em duas escolas – de Curitiba e São José dos Pinhais. Inclusive tivemos um depoimento do Deputado Tiago Buhrer, que fez um belo depoimento, não é Deputado?

Deputado Thiago Buhrer (UNIÃO): Exatamente. Permite-me um aparte aqui, Líder?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): À vontade.

Deputado Thiago Buhrer (UNIÃO): No Colégio Anita Canet já temos esse projeto-piloto hoje. E é um projeto extremamente importante. Tínhamos uma defasagem muito grande na questão de alguns alunos e temos hoje uma aprovação muito boa... Vou trovar de microfone aqui. Este aqui está melhor. A questão hoje dos profissionais que estão lá estão gostando muito, porque não tem

mais a aula vaga. Muito tempo tivemos problema no Anita que faltavam os professores e hoje com esse projeto que temos aí, que o Governo está ampliando e lá levando, temos hoje aulas completas. Então com isso o número de evasão escolar diminuiu muito no Colégio Anita Canet, e os pais de toda aquela região aprovaram muito. Então, vai contar com o nosso apoio e tenho certeza que será um grande projeto do nosso Governador.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado. Agradeço esse belo depoimento de quem vive na comunidade, de quem mora, de quem milita lá em São José dos Pinhais. Portanto, já temos duas escolas. Uma também é a Professor Aníbal Khury Neto, que é um colégio aqui na nossa Região Metropolitana de Curitiba. Até faço um convite aos Deputados e Deputadas: vão visitar essas duas escolas. Vocês vão ficar extremamente boquiabertos com o que temos em relação a esse projeto. O projeto é bom, a nossa Base pode votar com segurança. E, para finalizar, devemos iniciar o processo na semana que vem, quando esse projeto vai chegar na Casa na segunda-feira, vai passar pelas Comissões normalmente e teremos um espaço amplo para debate, teremos espaço para as Comissões, enfim, o que queremos é que se tiver alguma construção positiva para o projeto vamos tentar fazer. De qualquer forma, na minha opinião, além da manutenção do diretor e dos funcionários, Deputado Romanelli, que são pontos fundamentais, o diretor vai continuar cuidando, mas temos um outro ponto fundamental: nada é imposto. Isto é fundamental. A escola é que vai dizer se quer ou não quer fazer parte desse projeto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pela Liderança da Oposição, Deputado Requião. Registro a presença do Vereador de Santa Mariana, Sr. Adriano Dias dos Santos, por solicitação do Deputado Tiago Amaral. Deputado Marcel, por favor, um minuto aqui.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente e caros colegas. “*Projeto amigo da escola*”. O nome é bonito, o nome é legal, a propaganda com certeza será maravilhosa, mas quero parafrasear, aqui, o atual Prefeito de Curitiba que dizia: “*Se não sabe fazer, deixa que eu faço*”. Terceiriza-se tudo no Estado do

Paraná, parece que não temos capacidade de gestão, Deputado Moacyr Fadel. Não conseguimos gerir a educação, vamos terceirizar; não conseguimos gerir as penitenciárias, vamos terceirizar. Não conseguimos gerir a polícia, vamos terceirizar também? Terceiriza-se tudo, até a culpa. Deputado Hussein diz que será opcional, como foram as escolas cívico-militares que quando o Governo perdia a votação ele cancelava e fazia de novo, e fazia de novo, e fazia de novo? Não foi tão opcional assim. Então temos que entender que essa terceirização não é a solução. Vejam os senhores o que aconteceu com a Copel. Pergunta para o pessoal do agro se está boa a terceirização da Copel: 86% insatisfeitos com os serviços privatizados da Copel. Privatizar não é a solução. O Estado tem o dever de oferecer a educação. E o que me assusta no “*Amigo da Escola*” é que dizem que vai ser R\$ 800 por aluno, quando parece que o custo de um aluno para o Estado do Paraná, com merenda, não passa de 400. Então, estamos privatizando a educação para que alguém passe a ganhar dinheiro em cima dela. Terá, também, essa parceria uma taxa de retorno de lucro previamente acordada? Tem que dar ‘x’ por cento de lucro para quem assumir aquela escola? Educação é investimento, saúde é investimento, moradia é investimento, segurança é investimento. Tenho dó e pena do povo que tem um Governador que acha que isso é gasto. Investir em educação é investir no futuro. Garantir que uma empresa tenha lucro em cima da educação pública do Paraná é uma ofensa àqueles que escreveram a nossa Constituição. Mas, como disse o Deputado Hussein, vamos ao debate e espero que seja debatido, Deputado Hussein, que não seja em regime de urgência, sem debate, atropelado por dentre as nossas comissões aqui na Casa. Acho que o mais importante, principalmente falando de educação, é que todo e qualquer projeto, Deputada Mabel, seja discutido ponto a ponto, e debatido. Acho criminoso de nossa parte, como Poder, quando um projeto de educação chega a esta Casa e é votado em regime de urgência, sem que nem mesmo os Deputados da Base consigam ter tempo para ler e debater. É uma questão de princípio que a educação é um dos pilares de qualquer Nação e de qualquer sociedade, e quando um projeto envolve educação e chega a esta Casa é necessário que o debate seja feito de forma ampla e aberta. Veremos se estará

em regime de urgência ou não, porque uma escola, duas escolas, tenho certeza que um projeto-piloto pode e deve estar bem bonito, porque é fácil. Duzentas escolas, mil escolas, milhares e milhares de alunos, estamos falando de um dinheiro muito grande, de uma licitação que até agora não foi explicada como será feita. Quem vai escolher quem assume aquela escola como “amigo”? Quem vai escolher quanto ganha em cima daquela escola o “amigo”? Quem vai garantir que o dinheiro pago pelo Estado será investido integralmente nos alunos e na educação daquela escola? Por isso é um projeto que deve ser amplamente debatido e deve ter a maior transparência possível. Não posso criticá-lo mais a fundo, porque não li, e aguardo a chegada do texto aqui para que eu possa ler e analisar. E tenho certeza que se tiver algum ponto interessante nós da Oposição vamos apoiar, mas se tiver lá garantindo lucro para algum “amigo” da escola, do governo, do secretário, sabe-se de quem, vamos questionar o porquê e como e a transparência desse projeto. A educação é o futuro do Paraná e não deve ser propaganda nem trampolim político. Vamos debater esse projeto a fundo e espero que as comissões da Casa façam o seu papel. Era esse o recado do dia de hoje e tenho certeza que os demais discursos que me antecederam aqui – do Deputado Guerra, do Deputado Renato e dos demais Deputados, do Deputado Corti –, trazem assuntos importantes que precisam ser estudados e debatidos. Eu escutava há um tempo atrás, Deputado Micheletto: “O Governo do diálogo”. E era sempre no tratoraço. Espero que consigamos debater o que há de errado no Paraná, independente de Partido, de Base ou Oposição, porque o nosso papel aqui na Assembleia é parlar, é debater e é corrigir os erros, apontá-los e mostrar, como Poder, como Casa, o caminho correto a ser seguido. Obrigado Sr. Presidente. Obrigado, demais colegas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhrer (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) (**48 Parlamentares**); Deputados ausentes com justificativa: Batatinha (MDB), conforme art. 97 § 3º I do Regimento Interno; Maria Victória (PP), função administrativa; e Ricardo Arruda (PL), conforme art. 97 § 3º I do Regimento Interno (**3 Parlamentares**); Deputados ausentes sem justificativa: Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD) e Gilberto Ribeiro (PL) (**3 Parlamentares**).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 329/2024**, do Deputado Reichembach, que concede o título de utilidade pública à Associação de Pesca Esportiva Tucuna Solidário, com sede no município de Londrina; **Autuado sob o n.º 330/2024**, da Deputada Ana Júlia, que dispõe sobre o gerenciamento adequado de resíduos sólidos por parte dos grandes geradores e a destinação

prioritária para associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; **Autuado sob o n.º 331/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, que altera a Lei Estadual n.º 21.926, de 11 de abril de 2024, que cria o Código Estadual da Mulher, instituindo a Campanha de Incentivo e Valorização das Mulheres e Meninas na Ciência; **Autuado sob o n.º 332/2024**, do Deputado Anibelli Neto, que denomina Trevo Algaci Ormário Túlio o logradouro trevo do Atuba, na linha verde, perímetro urbano de Curitiba na BR-476/PR.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 861/2023, de autoria do Deputado Luís Raimundo Corti, que determina que os estabelecimentos varejistas fixem cartazes e/ou tarjetas informando o consumidor sobre a origem, a data de recebimento e de validade de seus produtos. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Substitutivo geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno o Substitutivo Geral aprovado em 2.^a discussão. Em votação. Como os Líderes encaminham?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Em votação. Deputado Do Carmo, Luís Corti, Romanelli, Nelson Justus e Ney Leprevost que ainda não votaram. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos,

Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Tercílio Turini e Thiago Bührer (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Maria Victoria, Ney Leprevost, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 6/2024, de autoria da Comissão Executiva, que acresce o §3.^º ao art. 1.^º da Lei Complementar n.^º 154, de 10 de janeiro de 2013, que institui o fundo especial de modernização da Assembleia Legislativa do Paraná, para autorizar a transferência de recursos para entes federativos atingidos por calamidades públicas. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Relações Federadas e Assuntos Municipais. Como indicam os Líderes o voto?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Vou encerrar a votação aqui. Artagão Junior, Do Carmo, Evandro, Ney Leprevost, Luiz Claudio Romanelli, Corti. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Do Carmo, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Maria Victoria, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (14 Deputados).]

Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 6/2024.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 229/2021, de autoria das Deputadas Cristina Silvestri e Ana Julia, que dispõe sobre as condições de trabalho das Policiais Científicas, quando gestantes e lactantes. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1**, dos Deputados Hussein Bakri, Cristina Silvestri, Moacyr Fadel, Ana Júlia, Arilson Chiorato, Gilson de Souza, Requião Filho, Flávia Francischini, Tiago Amaral, Goura, Luciana Rafagnin, Márcia Huçulak, Hussein Bakri e Gugu Bueno.) **O Projeto recebeu Emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 122/2023, de autoria da Deputada Mabel Canto, Deputada Cristina Silvestri, Deputada Cloara Pinheiro, Deputada Flávia Francischini, Deputada Marcia Huçulak, Deputada Luciana Rafagnin, Deputada Cantora Mara Lima, Deputada Ana Júlia, Deputado Tercílio Turini, Deputado Tiago Amaral, Deputado Denian Couto, que dispõe sobre a reserva de assentos exclusivos para mulheres no transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda substitutiva geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar a Subemenda Substantiva Geral. Como indicam os Líderes o voto?

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Para encaminhar, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, este é mais um projeto da Bancada Feminina, para constar mais um direito de proteção às mulheres aqui no Estado do Paraná. Temos visto muitos casos de importunação sexual dentro dos ônibus. Isto está sendo recorrente, inclusive há pesquisas que indicam que 97%

das mulheres já foram importunadas sexualmente nos ônibus. Então, este projeto cria um mecanismo de proteção, para trazer mais segurança para as mulheres. As mulheres poderão bloquear o assento ao lado para que o homem não sente e, dessa forma, possam fazer a sua viagem se sentindo mais seguras. Eu queria agradecer, Presidente, porque esse projeto foi muito debatido na CCJ, para que encontrássemos um texto que garantisse esse direito, mas que ao mesmo tempo não prejudicasse as empresas de ônibus que atuam aqui no nosso Estado. Então, quero agradecer inicialmente ao Relator, Deputado Luiz Fernando Guerra, também à Liderança do Governo, porque trabalhamos muito nesse projeto, inclusive a Dr.^a Izabel defendeu muito na época. O Deputado Hussein nos ajudou muito como Líder. Agradecer à CCJ que foi fundamental, aos membros da CCJ, ao Presidente Tiago Amaral, que deram apoio para este projeto e chegamos, então, a este texto, e hoje votando aqui mais um importante mecanismo de proteção para as mulheres do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Ótimo, então chegaram a um entendimento. Como votam?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A “mulherada” veio para ficar, Presidente. Estão realmente transformando.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, me permita. Esqueci um agradecimento aqui que não posso deixar de fazer, que é uma parceria com a Vereadora de Guarapuava, Procuradora da Mulher, a Vereadora Bruna Spitzner. Foi ela que deu essa ideia para a Bancada Feminina. Então, vejam a importância dos Legislativos se conversarem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Ótimo. Como indica o voto, Líder?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Parabéns, Deputada Mabel e demais componentes. O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): A Liderança da Oposição indica também voto “sim”. Votando, Deputados.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente, o meu voto é “sim”. Não está funcionando aqui.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Para aqueles que ainda não votaram, o meu voto é “sim” para esse importante projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Cobra, Tito, Do Carmo, Fabio, Evandro, Flávia – importante voto, Flávia -, Luís Corti, Romanelli. Vamos encerrar a votação. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Maria Victoria e Ricardo Arruda (15 Deputados).]** Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a subemenda substitutiva geral ao Projeto de Lei n.º 122/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Marcel Micheletto, registra em Ata o voto favorável do Deputado Delegado Tito Barichello.)**

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Pela ordem. Gostaria de votar de forma positiva. Voto favorável. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Vamos colocar na Ata.

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 769/2023, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que dispõe sobre o reconhecimento da Festa da Uva de Mariópolis e do prato típico “Ovelha Enfarinhada” enquanto patrimônio cultural

imaterial no Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Votando o projeto. Como votam os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero conhecer essa “ovelha enfarinhada”, mas mesmo assim o voto é “sim”.

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Excelente esse Projeto da “Ovelha Enfarinhada”. Acho que o Deputado Fadel também conhece bastante de carneiro, de ovelha.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Vossa Excelênciā não conhece Mariópolis, Deputado Vermelho, mas vou lhe convidar para, na próxima, vir comigo.

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Conheço e o prefeito lá, é vermelho igual ao meu pai. Vossa Excelênciā sabe bem disso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Vou finalizar a votação, aqui. Deputado Jacovós, vamos votar, Deputado, na “ovelha” aqui do Guerra. Fadel está aqui. Fabio falta votar, Goura, Do Carmo, Marli, Corti, Alisson, Do Carmo, Jacovós, Fabio, Goura. Vamos encerrar a votação aqui. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Goura, Luis Corti, Marcel Micheletto, Maria Victoria e Ricardo Arruda (13 Deputados).] Com 41

votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 769/2023.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 139/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 14/2024, que institui o Programa Estadual de Segurança Hídrica na Agricultura. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Emendas de Plenário n.^ºs 4, 5, 6, 7 e 8 com pareceres favoráveis da CCJ, na forma de Subemenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei. Emendas n.^ºs 1, 2, 3, 9 e 10 com pareceres contrários da CCJ. Vamos votar a Subemenda Substitutiva Geral ao Projeto. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, só quero explicar que houve uma construção com as Deputadas autoras, Deputada Cristina Silvestri e Deputada Luciana. Conseguimos aproveitar algumas das Emendas, não na sua totalidade, mas acho que foi uma boa construção, daí o meu pedido de voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Em votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Vamos encerrar a votação. Deputado Jacovós, Tito, Denian, Do Carmo, não votaram ainda, Romanelli, Luís Corti, Marcio Pacheco. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana**

Julia, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Luis Corti, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victoria e Ricardo Arruda (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a subemenda substitutiva geral ao Projeto de Lei n.^º 139/2024. (O Sr. Presidente, Deputado Marcel Micheletto, registra em Ata o voto favorável do Deputado Denian Couto.)

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Presidente, quero registrar o meu voto “sim”, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Registrando o voto do Denian.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 299/2024, de autoria da Comissão Executiva, que disciplina o quadro de pessoal comissionado do Poder Legislativo, consolida as normas para a investidura nos cargos próprios, estabelece suas atribuições, responsabilidades e denominação, fixa a respectiva remuneração e cria o conselho gestor de governança e de pessoal. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. Vamos votar o Projeto, ressalvada a Emenda. Como indicam os votos os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Em votação o Projeto, ressalvada a Emenda. Deputados Alexandre Curi, Alisson, Artagão, Do Carmo, Doutor Antenor, Luciana, Marcio Pacheco, Matheus, Paulo, Requião e Tiago Amaral não votaram ainda. Deputado Alexandre Curi está votando, Deputado Requião. Bingou aqui. Agora deu bingo. Estou aguardando V.Ex.^a. Artagão, Do Carmo, Doutor Antenor, Goura, Luciana, Marcio e Tiago Amaral. Vou encerrar a votação. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz

Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Bührer (38 Deputados); Abstenção: Renato Freitas (1 Deputados); Votou Não: Tercílio Turini (1 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Artágão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Goura, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (13 Deputados).] Com 38 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção, está aprovado o Projeto de Lei nº 299/2024.

Agora, vamos ao voto da Emenda. Como os Líderes indicam?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Como indica o voto da Oposição, Líder? Voto “sim”? Deputado Requião, da Oposição, pede o voto “sim”. Deputado Hussein Bakri, Líder do Governo, também pede voto “sim”. Votando, Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alisson, Luís Corti votou, Matheus Vermelho. Deputada Flávia, por favor, o seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Bührer (36 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Artágão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Do Carmo, Dr. Antenor, Gilberto Ribeiro, Goura, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e**

Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a emenda.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 300/2024, de autoria da Comissão Executiva, que altera a Lei n.^o 18.135, de 3 de julho de 2014, que consolida as normas referentes ao quadro próprio de servidores do Poder Legislativo e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Alexandre, o seu voto, por favor, projeto de iniciativa da Assembleia. Deputado Tito, Marcio Pacheco votando. Deputado Soldado Adriano, o seu voto. Vota “sim”, Deputado? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobó, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados); **Votaram Não:** Fabio Oliveira (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Goura, Maria Victoria, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (14 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^o 300/2024. Trinta e nove votos “sim”, com o voto do Deputado Soldado Adriano, e 1 “não”. Está aprovado o Projeto.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^o 7/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 31/2024, que altera dispositivos da Lei Complementar n.^o 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o estatuto da

Procuradoria-Geral do Estado. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante projeto, voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Bancada está liberada, Sr. Presidente. A Bancada de Oposição está liberada.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Para anunciar aqui a presença do Prefeito Taidinho de Wenceslau Braz, que está aqui na nossa Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Seja bem-vindo, Prefeito Taidinho. Nós temos mais uma Sessão, Sr.^s Deputados, após esta Ordinária. Deputado Gugu, seu voto, por favor. Cristina Silvestri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, o voto é “sim”. Aqueles colegas que ainda não votaram.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Corti, seu voto, por favor. Marcel Micheletto, Moacyr Fadel. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Do Carmo, Dr. Antenor, Gilberto Ribeiro, Goura, Maria Victoria, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tiago Amaral (15 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e

nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 7/2024.**

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 920/2023, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que estabelece no Estado do Paraná o dia de São João Paulo II, a ser celebrado anualmente no dia 22 de outubro. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Vai ser ponto facultativo, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Oi?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Será ponto facultativo dia 22 de outubro?

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Não, Deputado, sem feriado e sem ponto facultativo, só homenagem ao...

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Poxa, achei que iria poder emendar com o meu aniversário a semana, Ney.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Então, acho que vamos ter que fazer uma Emenda no Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Denian Couto, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Maria Victoria, Renato

Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 920/2023.

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 43/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 1/2024, que autoriza a celebração de parcerias entre instituições públicas e privadas, em prol da qualidade do ensino. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Educação. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim” para este importante Projeto.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Bancada de Oposição está liberada, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (33 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin e Professor Lemos (4 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Goura, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e 4 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 43/2024. Trinta e quatro votos, com o voto da Deputada Márcia Huçulak, e 4 “não”. Está aprovado o Projeto.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 302/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 32/2024, que altera a Lei n.^º 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo, a Lei n.^º 6.417, de 3 de julho de 1973, que dispõe sobre o código de vencimentos da Polícia Militar, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ. Regime de Urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença do Vereador de Umuarama, Sr. Ednei do Esporte, por solicitação do Deputado Gugu Bueno. Seja bem-vindo. Deputado Gugu, por favor, o seu voto. Anibelli Neto, o seu voto. Deputado Bazana, Cristina Silvestri, Flávia Francischini, Matheus Vermelho votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (39 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Goura, Maria Victoria, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 302/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1322/2024, do Deputado Arilson Chiorato, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, sobre o pagamento do adicional de risco à Diretoria Executiva da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina; e **Requerimento n.º 1342/2024**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo informações ao Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, sobre os dados de viagens ao exterior do Governador do Estado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Dentro de um contexto de construção, o Requerimento de ontem está aqui a resposta entregue.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Os dois Requerimentos, Deputado? Um?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Requerimento do Porto. E o outro, com a concordância do Deputado, nessa mesma sistemática de transformar em envio de expediente, o de hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Enviado como Expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, o Requerimento n.º 1342/2024 será encaminhado como expediente.**

O primeiro Requerimento fica retirado, então? Ok. **Requerimento n.º 1322/2024, retirado pelo autor.**

Requerimento n.º 1330/2024, do Deputado Tiago Amaral, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.º 81/2023 ao Projeto de Lei n.º 63/201, por tratarem de matérias correlatas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

Requerimento n.º 1340/2024, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei em segunda discussão na Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1326/2024, do Deputado Bazana, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Banda Big Band, do município de Arapongas; **Requerimentos n.ºs 1327 e 1328/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro de votos de pesar às famílias pelo falecimento dos Sr.ºs: Alberto Mauad Abujamra, ocorrido no dia 29 de abril de 2024; e Dr. Enio Rogacheski, ocorrido no dia 3 de abril de 2024; **Requerimento n.º 1329/2024**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro de votos de pesar à família pelo falecimento do Professor Radialista e Ex-Vereador em Londrina, Cléber Toffoli; **Requerimento n.º 1332/2024**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Sandro Alex de Oliveira, e ao Diretor-Presidente do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, requerendo a adoção de providências emergenciais para a recuperação do trecho da estrada rural que interliga os municípios de Clevelândia e Mangueirinha, na PR-459; **Requerimento n.º 1337/2024**, do Deputado Gilberto Ribeiro, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa para MP Treinamentos, empresa de treinamento para crianças e jovens, visando ao desenvolvimento pessoal e profissional a fim de capacitar e profissionalizar; **Requerimento n.º 1343/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, requerendo informações e providências quanto à segurança dos caminhoneiros que acessam o Porto de Paranaguá e a fiscalização da Rodovia de acesso ao litoral paranaense; **Requerimento n.º 1344/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Administração e Previdência do Estado do Paraná, requerendo informações e providências a respeito de terrenos e/ou imóveis do Estado do Paraná nos arredores do Porto de Paranaguá e da Rodovia de acesso ao litoral paranaense; **Requerimento n.º**

1345/2024, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon/PR), através da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Paraná, requerendo informações e providências quanto às denúncias de práticas abusivas supostamente desempenhadas pelos postos de combustíveis nos arredores do Porto de Paranaguá e da Rodovia de acesso ao litoral paranaense; **Requerimento n.^o 1346/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Superintendente da Polícia Federal do Paraná, requerendo informações e providências quanto às autuações aos caminhoneiros na Rodovia de acesso ao Porto de Paranaguá; **Requerimento n.^o 1347/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Secretário Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo a formação de um grupo para implementação do Código Estadual da Pessoa com Tea, na Administração Pública do Estado do Paraná; **Requerimento n.^o 1348/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família, requerendo a adequação dos atos normativos Interna Corporis ao Código Estadual da Pessoa com Tea; **Requerimento n.^o 1349/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Sr. Carlos Alberto Gebrim Preto, Secretário de Estado da Saúde, requerendo a adequação dos atos normativos Interna Corporis ao Código Estadual da Pessoa com Tea; **Requerimento n.^o 1350/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Sr. Roni Miranda Vieira, Secretário de Estado da Educação, requerendo a adequação dos atos normativos Interna Corporis ao Código Estadual da Pessoa com Tea; **Requerimento n.^o 1351/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Sr. Mauro Rafael Moraes, Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, requerendo a adequação dos atos normativos Interna Corporis ao Código Estadual da Pessoa com Tea; **Requerimento n.^o 1352/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Sr. Norberto Anacleto Ortigara, Secretário de Estado da Fazenda, requerendo a adequação dos atos normativos Interna Corporis ao Código Estadual da Pessoa com Tea; **Requerimento n.^o 1353/2024**, do

Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Sr. Gilson Santos, Diretor-Presidente da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná, requerendo colaboração para difundir em suas regiões metropolitanas o Código Estadual da Pessoa com Tea; **Requerimento n.º 1355/2024**, do Deputado Bazana, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Roni Miranda Vieira, requerendo a possibilidade de realização do Seminário de Diretores das Escolas Especializadas.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1335/2024**, dos Deputados Márcia Huçulak e Luiz Cláudio Romanelli, requerendo a inclusão como coautora do Projeto de Lei n.º 280/2022, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1331/2024** do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 20 de maio de 2024; **Requerimento n.º 1333/2024** do Deputado Doutor Antenor, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de maio de 2024; **Requerimento n.º 1334/2024** do Deputado Requião Filho, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 20 de maio de 2020.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 1336/2024** do Deputado Tercílio Turini, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 20 de maio de 2024.

Deferidos conforme o art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia):

Requerimento n.º 1338/2024 do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 13 e 14 de maio de 2024; **Requerimento n.º 1339/2024** da Deputada Maria Victória, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 9 a 19 de maio de 2024.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1354/2024** do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de maio de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro esta Sessão, marcando outra Ordinária Antecipada de quarta-feira com a Ordem do Dia já anunciada. Vamos registrar presença, Sr.s Deputados.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h48, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)